

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 610 - Brasília, terça-feira, 16 de dezembro de 1997

## O ANO DA AFIRMAÇÃO DO SENADO E DO CONGRESSO



Acima, na sessão de encerramento dos trabalhos, ACM faz balanço das atividades do Senado e do Congresso

### Os destaques das atividades das comissões

Nem só no plenário se desenvolve a atividade legislativa. Nas comissões, o trabalho também é árduo. O *Jornal do Senado* faz um balanço de cada uma delas. Páginas 3 a 6



O plenário do Senado realizou 241 sessões este ano. Aproveitou cinco emendas constitucionais (reeleição, Previdência, prorrogação do FEF, efeito vinculante e limitação do uso de MPs), os códigos Civil e de Trânsito, o fim dos privilégios nas aposentadorias de parlamentares e magistrados e a Lei Geral de Telecomunicações, entre outras matérias

**E**m 241 sessões realizadas este ano, o plenário do Senado apreciou 489 matérias, entre elas cinco emendas constitucionais (reeleição, Previdência, prorrogação do FEF, efeito vinculante e limitação do uso de MPs), os códigos Civil e de Trânsito, o fim dos privilégios nas aposentadorias de parlamentares e magistrados, a Lei Geral de Telecomunicações e a criação das Agências Nacionais de Petróleo e de Energia Elétrica. Os dados foram citados ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que destacou também as atividades do Congresso Nacional.  
Página 2

## BALANÇO



*Ao fazer um balanço das atividades do Legislativo, Antonio Carlos Magalhães afirma que o Senado cumpriu com os seus deveres e agiu em sintonia com a opinião pública*

## ACM: 1997 foi o ano de afirmação para o Senado

Ao presidir na tarde de ontem a reunião de encerramento dos trabalhos legislativos, o senador Antonio Carlos Magalhães fez um balanço das atividades da Casa e caracterizou 1997 como um ano de afirmação para o Senado, que soube cumprir com seus deveres e agir em sintonia com a opinião pública.

O senador enfatizou que os parlamentares não deixarão de preencher as expectativas da nação em 1998, "não obstante ser um ano eleitoral", e defendeu a inclusão de vários projetos na pauta da convocação extraordinária.

Entre as matérias que, no entender de Antonio Carlos, a Câmara deverá apreciar em janeiro, estão: o Código Civil, o efeito vinculante, a regulamentação do uso de medidas provisórias, a reforma da Previdência, todas já apreciadas pelo Senado.

Já o Senado, por sua vez, deve examinar, durante a convocação do Congresso, matérias vindas da Câmara, como a reforma administrativa, os planos de saúde, o crime de lavagem de dinheiro e também o contrato temporário de trabalho, cuja aprovação o senador considera "indispensável", diante do "grande resultado" alcançado por esta fórmula na contenção do desemprego na Argentina.

Ao fazer o balanço das atividades do Senado em 1997, quando foram apreciadas 489 matérias e aprovadas 385, nas 241 sessões realizadas em plenário, Antonio Carlos ressaltou a votação de cinco emendas constitucionais (reeleição, Previdência, prorrogação do FEF, efeito vinculante e limitação do uso de MPs), dos códigos Civil e de Trânsito, e



Antonio Carlos: 98 de expectativas

fim dos privilégios nas aposentadorias de parlamentares e magistrados, da Lei Geral de Telecomunicações e da criação das Agências Nacionais do Petróleo e de Energia Elétrica (ANP e Aneel).

Mereceu destaque também o esforço realizado para assegurar a transparência, e o presidente da Casa disse que o empenho fora recompensado pelos índices de audiência e aceitação alcançados pela TV Senado, Rádio Senado, *Jornal do Senado*, Agência Senado, *A Voz do Brasil* e o serviço

telefônico gratuito "Voz do Cidadão".

O senador citou ainda números referentes ao desempenho do Congresso Nacional, "que cresceu aos olhos da nação no ano que passou": 132 matérias foram examinadas em reunião conjunta das duas Casas, das quais 31 medidas provisórias, sendo 20 promulgadas sem alterações e 11 emendadas; 57 projetos enviados à sanção presidencial, 26 transformados em lei, e 18 vetos presidenciais rejeitados.

Em sua análise, Antonio Carlos deu relevo especial à aprovação do Orçamento da União dentro do prazo, ou seja, antes do início do exercício financeiro - fato que ocorre pela primeira vez desde a votação da peça de 1990 em dezembro de 1989 -, reiterando sua posição no sentido de que o presidente da República colabore com o Congresso em 1998, enviando a proposta orçamentária no primeiro semestre, o que facilitará o exame e permitirá o cumprimento das datas marcadas.

### MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 6 de janeiro a 15 de dezembro de 1997)

Projetos aprovados e enviados à sanção:	
- de iniciativa parlamentar .....	23
- de iniciativa do Executivo .....	19
Projetos aprovados e promulgados .....	186
Projetos aprovados e enviados à Câmara .....	110
Propostas de emenda à Constituição:	
- aprovadas e promulgadas .....	2
- aprovadas e enviadas à Câmara .....	3
Indicação aprovada .....	1
Escolha de autoridades e diplomatas .....	41
<b>Total de matérias aprovadas .....</b>	<b>385</b>
Matérias arquivadas:	
- rejeitadas e prejudicadas .....	85
- retiradas .....	19
<b>Total de matérias apreciadas .....</b>	<b>489</b>

## Geraldo Melo destaca a competência e austeridade

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse ontem que, após o trabalho de envergadura desenvolvido por José Sarney à frente da presidência da Casa, "era preciso alguém como Antonio Carlos Magalhães para realizar uma tarefa sem a qual a democracia não terá futuro: consolidar a autoridade e o respeito ao Congresso Nacional".

Conforme Geraldo Melo, o fato de ter sempre exercido cargos executivos o fez participar da "mídia da opinião brasileira sobre o Congresso, que em geral não é lisonjeira". Como senador, foi surpre-



Geraldo Melo: Poder independente

endido pela revelação de que o Legislativo é "competente, austero, independente e cercado de suas prerrogativas".

- É este o Congresso presidido por Antonio Carlos Magalhães - frisou.

## Jáder: Executivo recebeu a colaboração necessária

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) afirmou ontem que o Congresso Nacional emprestou toda a colaboração de que o Executivo precisou neste ano, especialmente na aprovação do ajuste fiscal. Ele festejou a atividade do Parlamento, que cumpriu sua função fiscalizadora.

Jáder Barbalho comentou que "o Poder Executivo não pode se queixar porque contou sempre com a solidariedade pronta do Senado e da Câmara" diante do agravamento da crise social no



Jáder Barbalho: ano produtivo

país. Ele considerou 97 "de alta produção legislativa" e elogiou a atuação do presidente Antonio Carlos Magalhães na condução dos trabalhos.

### JORNAL DO SENADO

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
 2º Secretário: Carlos Patrocínio  
 3º Secretário: Flaviano Melo  
 4º Secretário: Lucílio Portella  
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
 Joel de Hollanda - Mariuco Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

## Agenda do Dia

**PRESIDENTE**  
Antonio Carlos Magalhães

16h - Ministro Marcos Vileça, do Tribunal de Contas da União

#### COMISSÃO REPRESENTATIVA

15h - Instalação da Comissão Representativa do Congresso Nacional

11h - Reunião no Palácio do Planalto  
 12h - Cerimônia de posse dos integrantes da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimiento do Brasil

## BALANÇO



O relatório da CPI dos Precatórios, que investigou a emissão de títulos públicos, serviu de base para inquéritos do Ministério Público. Oito das 13 comissões temporárias já concluíram seus trabalhos

## Líder do governo destaca a atuação do Congresso

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, afirmou ontem que, poucas vezes em sua história, o Legislativo brasileiro discutiu e votou tantas matérias de interesse do país como aconteceu este ano, assinalando que, pela primeira vez desde 1989, o Congresso aprovou o Orçamento Geral da União dentro da sessão legislativa anterior.

- Ao cumprir essa missão, o

em nenhum momento as lideranças do governo deixaram de cumprir os acordos regimentais que fizeram com o Bloco Oposição.

Arruda destacou o esforço do Congresso para aprovar o ajuste fiscal "em função da turbulência financeira no mercado internacional".

- O Congresso, tão criticado no passado por que não conseguia realizar sessões conjuntas com *quorum* qualificado, em uma sessão histórica no plenário do Senado, votou a admissibilidade de oito medidas provisórias e, depois, em suas sessões no plenário da Câmara dos Deputados, quando o governo chegou a ter um *quorum* de 492 deputados e 72 senadores, o Congresso, de forma ativa, livre, votou todas as medidas provisórias do ajuste fiscal, antes que elas completassem os primeiros 30 dias de vigência - disse.

Ele espera que a proposta de emenda constitucional que modifica a tramitação das medidas provisórias, já aprovada no Senado, seja votada na Câmara durante a convocação extraordinária, em janeiro próximo. Em aparte, o senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado, apoiou o discurso de José Roberto Arruda e agradeceu o apoio dos líderes, que "sustentaram em todas as sessões vigor necessário" para que a ordem do dia desse um resultado que ele considera "excepcional". Elcio Alvares disse que as lideranças dos partidos que apoiam o governo e a liderança do Bloco Oposição atuaram em um mesmo sentido, o de valorizar a atividade parlamentar.

Elcio Alvares informou que, no encontro do presidente Fernando Henrique Cardoso com os presidentes do Senado e da Câmara e lideranças do governo para decidir a pauta da convocação extraordinária do Congresso, serão apresentadas 18 proposições, incluindo-se a reforma administrativa e a reformulação dos planos de saúde.



Presidida por Bernardo Cabral, a CPI dos Precatórios foi das que mais repercutiram junto à opinião pública

## CPI motiva investigações do Ministério Público

Com base no relatório final da CPI que investigou a emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios, o Ministério Público (MP) já pediu a abertura de 18 inquéritos para apurar a prática de crimes contra a ordem tributária. A CPI, que foi presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), finalizou seus trabalhos em agosto, depois de mais de 40 reuniões e de aproximadamente 85 depoimentos.

A CPI dos Precatórios, criada em novembro de 1996, aprovou seu relatório final no dia 19 de agosto deste ano, após acolher

parecer favorável do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre recurso interposto por membros da CPI à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os senadores não queriam que voto em separado integrassem o texto do relatório da CPI, modificando-o.

Outra comissão parlamentar de inquérito, a CPI do Trabalho Infantil, estará funcionando até julho do próximo ano e planeja visitas ao Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rondônia, a fim de verificar *in loco* o problema da escravidão de crianças e

adolescentes. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) é a presidente da comissão.

Esta CPI foi instalada com o propósito de apurar denúncias contidas na revista *Veja*. Em junho do ano passado a comissão ouviu os autores da reportagem, Joaquim de Carvalho e Valéria França. A CPI ouviu, entre outros, o diretor da Organização Internacional do Trabalho, João Carlos Alexim, e também Francisco Urbano Araújo Filho e Simon Schwartzman, presidentes da Contag e do IBGE, respectivamente.

## Concluídas oito comissões temporárias

A Comissão Especial do Código Civil, que teve o parecer do relator-geral, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), aprovado em novembro último, é uma das oito comissões temporárias já concluídas dentre as treze que funcionaram este ano no Senado. A comissão foi presidida pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

A comissão adotou, como metodologia de trabalho, a divisão em subcomissões temáticas que estudaram aspectos do Código Civil, tais como "Obrigações", "Atividade Negocial", "Das Coisas", "Da Família" e "Sucessões" e recebeu centenas



Josaphat relatou o novo Código Civil

de emendas, a maioria acolhida pelo relator-geral.

As outras comissões que tiveram seus trabalhos concluídos durante este ano: a que acompanhou, *in loco*, as circunstâncias que envolveram a tragédia da cli-

nica geriátrica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro; a que estudou as medidas preventivas para proteger as populações contra o fenômeno atmosférico *El Niño*; a que averiguou a morte de dezenas de crianças no Hospital Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Roraima; a que acompanhou a Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Habitat 2); a que estudou políticas de desenvolvimento para o Nordeste; a que analisou a programação de rádio e TV no país; e a que examinou o endividamento dos estados e municípios.



Arruda: compromisso cumprido

Congresso marcou de forma clara o seu compromisso de cumprir a Constituição e, mais do que isso, de cumprir rigidamente todos os seus prazos e responsabilidades - disse, agradecendo, em nome do presidente Fernando Henrique Cardoso, a atuação do Congresso Nacional, que, segundo o senador, não faltou à sua responsabilidade para com o país.

Para o líder do governo, "a atuação do senador Antonio Carlos Magalhães, como presidente do Senado e do Congresso Nacional, na condução dos trabalhos parlamentares foi fundamental para a estabilidade econômica e do Estado democrático".

Agradeceu o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), e dos líderes que dão sustentação ao Executivo. Dirigiu um agradecimento também aos líderes dos partidos de oposição nas duas Casas e afirmou que, mesmo na discórdância, eles mantiveram um alto nível de debate e de entendimento. O senador enfatizou que

## BALANÇO



*A Comissão de Justiça apreciou 204 pareceres e aprovou 58 projetos em caráter terminativo. Na Comissão de Relações Exteriores foram analisadas importantes matérias para a diplomacia brasileira*

## Destaques da CCJ foram reeleição e Previdência

Os pareceres do senador Beni Veras (PSDB-CE) à reforma da Previdência e do senador Francelino Pereira (PFL-MG) à emenda da reeleição de prefeito, governador e presidente da República, para um único período subsequente, foram algumas das principais matérias aprovadas este ano pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Em 1997, a comissão realizou 68 reuniões, apreciou 204 pareceres e aprovou 58 projetos em caráter terminativo.

Em maio, a CCJ aprovou projeto de lei de Roberto Freire (PPS-PE) que estende aos poderes Executivo e Legislativo norma proibindo os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público de nomear parentes até terceiro grau para cargos ou empregos em comissão e de mantê-los sob sua chefia imediata.

Em junho, foi aprovado parecer de Hugo Napoleão (PFL-PI) a projeto de lei da Câmara sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo e a instituição do Con-



Os integrantes da CCJ realizaram, em 1997, 68 reuniões de muita discussão

selho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional de Petróleo. Ainda no primeiro semestre, a CCJ acolheu parecer de José Fogaça (PMDB-RS) sobre propostas de emenda constitucional fixando novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias, e a proposta de autoria de Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) instituindo o efeito vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal. Em julho, foi a vez da aprovação do parecer de José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) ao projeto de lei do Executivo que institui a Lei Geral de Telecomunicações.

Em conjunto com as comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, a CCJ aprovou, em setembro, parecer conjunto dos senadores Beni Veras (PSDB-CE), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto de lei que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e criou um Plano de Seguridade Social dos Congressistas.

Ainda em setembro, parecer de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao projeto de lei eleitoral foi aprovado, com emendas, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou ainda parecer favorável a projeto acabando

com o segundo turno nas eleições para governador e prefeito. Também aprovados, neste mês, projeto de Benedita da Silva (PT-RJ) que considera o assédio sexual falta grave e, portanto, motivo de rescisão de contrato individual de trabalho por justa causa, e projeto de Júlio Campos (PFL-MT) segundo o qual caberá ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), por deliberação desta, solicitar ao juízo criminal competente medida cautelar necessária quando se verificar a existência de indícios veementes da proveniência ilícita de bens.

Em outubro, a comissão aprovou parecer de Jefferson Pères

(PSDB-AM) a projeto de lei da Câmara que exclui da Lei de Contravenções Penais a exploração da credulidade pública mediante sortilégios, predição do futuro, interpretação de sonhos ou práticas congêneres; substitutivo de Jefferson Pères a proposta de emenda constitucional de Gilberto Miranda (PMDB-AM) que extingue a figura do juiz classista no TST e nos TRTs, mantendo-a apenas nas Juntas de Conciliação e Julgamento; e substitutivo de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei de Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Em novembro, a CCJ aprovou substitutivo de Jefferson Pères a emenda de Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê a realização de um plebiscito no dia 4 de outubro de 1998 sobre a revisão constitucional. Uma matéria bastante discutida foi o projeto de lei da Câmara que legaliza os jogos de azar. O projeto não chegou a ser votado, o que acontecerá na próxima sessão legislativa. Também foi transferida a apreciação de projeto de lei do Executivo que trata do contrato de trabalho temporário.

## Comissão de Relações Exteriores aprova Estatuto dos Refugiados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sob a presidência do senador José Sarney (PMDB-AP), apreciou, este ano, matérias importantes para a diplomacia brasileira. Foram aprovados pareceres favoráveis a 70 projetos, além de 17 indicações de autoridades, num total de 17 reuniões realizadas.

Em julho, a comissão aprovou parecer favorável ao projeto do Executivo que define

mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados, de 1951. Pelo texto, não serão reconhecidos como refugiados os praticantes de crimes contra a paz, crimes de guerra, contra a humanidade, hediondos, atos terroristas, tráfico de drogas ou atos contrários aos princípios da Organização das Nações Unidas.

Em abril, a CRE aprovou parecer favorável a projeto do

senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estabelece medidas de proteção contra os países que criarem restrições ao comércio externo brasileiro.

No mês de setembro, a comissão aprovou parecer favorável a projeto de decreto legislativo autorizando a permanência temporária de força militar do Uruguai em território brasileiro para a realização de exercícios conjuntos de força de paz entre os exércitos



Temas referentes à diplomacia brasileira, sempre em pauta na CRE

do Brasil e da Argentina.

Parecer favorável a projeto de decreto legislativo do acordo constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento de Povos Indígenas da América Latina e Caribe foi aprovado pela CRE neste mês. O

fundo destina-se a coordenar políticas de desenvolvimento, assistência técnica e fornecimento de recursos financeiros para capacitação e formação de recursos humanos e pesquisa sobre os povos indígenas daquela região.

## BALANÇO



Entre mais de uma centena de matérias examinadas, Comissão de Assuntos Econômicos destaca fim da TR e novas regras para o FPM. Infra-Estrutura, por sua vez, aprovou 37 projetos em 15 reuniões

## Atuação da CAE beneficia mutuários e municípios

A fixação de novas regras para o rateio do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e a eliminação da TR (Taxa de Referência) dos novos contratos do Sistema Financeiro da Habitação estão entre as propostas de maior importância para a sociedade apreciadas em 1997 pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), segundo seu presidente, senador José Serra (PSDB-SP). A comissão apreciou 140 pareceres em 49 reuniões que realizou durante este ano.

Depois de aprovadas pelo plenário na sexta-feira, dia 12, as novas regras para o FPM, que se baseiam no critério populacional, irão agora à sanção presidencial. O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da proposta, assinalou que ela atende à aspiração da maioria dos municípios brasileiros, sendo tema da maior urgência, em face do seu impacto nas finanças públicas.

Já o senador Romero Jucá (PFL-RR), relator do projeto que extingue a utilização da Taxa Referencial (TR) para os novos contratos do SFH, esclareceu que a proposta tem o



A Comissão de Assuntos Econômicos apreciou 11 matérias em caráter terminativo entre março e dezembro

objetivo de desvincular da variação da TR a correção do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e as sentenças judiciais de responsabilidade dos erários federal, estaduais e municipais.

José Serra, autor da proposta, ressalta que "o índice de reajuste maior que a inflação será substituído por um mais razoável, protegendo os mutuários".

Entre as proposições aprovadas pela CAE durante a sessão legislativa ordinária que se en-

cerrou ontem, inclui-se o parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre a Lei dos Cultivares. O presidente da CAE considerou que o parecer "está sintonizado com o interesse nacional". Por sua vez, o relator disse que a aprovação da matéria dará ao país "um instrumento eficiente para intensificar a produção de alimentos", ampliando a atividade pública e privada de aperfeiçoamento da estrutura dos vegetais.

Outra matéria que o presidente da CAE admitiu que terá importantes desdobramentos é o

projeto de lei complementar do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que institui o Fundo de Terras, com a finalidade de promover o assentamento e o reordenamento rural. A proposta recebeu substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Durante a discussão do substitutivo, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, compareceu à CAE e afirmou que tanto a Contag quanto o MST apoiavam a proposição de Amin. "Inegavelmente, o projeto tem mérito e ajuda a reforma agrária", afirmou o ministro.

### TERMINATIVOS

De março a dezembro, a CAE apreciou 11 matérias em caráter terminativo, das quais cinco foram aprovadas e seis rejeitadas. Foram apresentados 74 ofícios, dos quais 71 foram acolhidos. As mensagens apreciadas somaram 41, sendo que 31 foram aprovadas. Do total dos pareceres discutidos e votados pela Comissão de Assuntos Econômicos, 105 foram aprovados.

Entre as personalidades que compareceram à CAE para prestar depoimentos no curso deste ano, incluem-se, além do ministro Jungmann, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente; o secretário da Fazenda de Minas Gerais, João Heraldo Lima; o presidente do Inbra, Milton Seligman; o representante do MST, Gilmar Mauro; o presidente da Contag, Francisco Urbano; o vice-presidente da CNA, Gilman Viana Rodrigues; os secretários da Fazenda e do Planejamento do Paraná, respectivamente Giovanni Gionedis e Miguel Salomão, e o presidente do Ipea, Ricardo Varsano.

## Em 15 reuniões, a CI aprovou 37 proposições

A ampliação da jurisdição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) aos estados do Piauí e Maranhão e a mudança de nome para Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba foi uma das principais matérias aprovadas pela Comissão de Serviço de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI). Durante o ano, a comissão reuniu-se por 15 vezes, analisou e aprovou 37 proposições.

Outra medida aprovada em caráter terminativo pela CI foi

o projeto de lei da Câmara que estabelece normas de segurança para o tráfego aquaviário, visando à preservação da vida humana e do meio ambiente. Pelo projeto, foram instituídas normas para a prevenção da poluição por parte das embarcações, plataformas petrolíferas e instalações de apoio e ainda para a execução de obras de dragagens, pesquisa e lavra de minerais nas águas de jurisdição nacional.

A CI também acolheu o substitutivo oferecido pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) ao projeto de lei de iniciativa da Comissão Especial Tem-

porária do Senado sobre o Vale do São Francisco, criando o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A interconexão dos sistemas elétricos do Norte/Nordeste com os do Centro-Oeste/Sudeste/Sul, conhecida por interligação Norte-Sul, também foi tema de debate na comissão e contou com a presença do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito.



A ampliação da jurisdição da Codevasf foi um dos principais projetos da CI este ano

## BALANÇO



*A Comissão de Assuntos Sociais deliberou sobre a venda de bebidas alcoólicas nas estradas, uma das maiores causas de acidentes. A de Fiscalização e Controle acionou o TCU e a de Educação tratou da renda mínima*

## CAS em várias frentes, da segurança ao meio ambiente

Ao longo de 44 reuniões e 12 audiências públicas, a Comissão de Assuntos Sociais apreciou 113 matérias em 1997 e votou 38 projetos de lei terminativos, dos quais aprovou 28, segundo balanço feito pelo seu presidente, senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Entre os projetos aprovados, destacam-se iniciativas regulamentando atividades profissionais, como as de arqueólogo e classificador de produtos vegetais, e propostas para a criação de piso salarial para os assistentes sociais, permissão para isenção do imposto de renda das despesas com empregados domésticos e autorização para médicos receitarem entorpecentes no tratamento das dores em doenças como câncer.

A CAS decidiu também pela proibição de venda de bebidas alcoólicas em estradas, sobre



A CAS discutiu questões polêmicas, como planos de saúde e a Encol

incentivos para o trabalho de encarcerados e o fim gradual do gás CFC no país, visando à proteção do meio ambiente.

Como no caso dos planos de saúde, que motivaram a realização de audiências públicas e reuniões para avançar na elaboração de um texto legal que aprimore seu funcionamento e resguarde os direitos do consumidor,

também a questão do contrato temporário de trabalho teve na CAS um intenso fórum de debates, avaliando seu alcance e consequências para os trabalhadores.

A crise da Encol e os efeitos de sua eventual falência para quase 50 mil famílias de mutuários também mereceram a atenção no segundo semestre de 97.

## Fiscalização e Controle criou uma subcomissão para fundos de pensão

Em 1997, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador João Rocha (PFL-TO), decidiu criar uma subcomissão temporária destinada à fiscalização das entidades fechadas de previdência privada, os chamados fundos de pensão que tenham

como patrocinador a União e o sistema financeiro nacional. O requerimento foi formulado pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

A comissão aprovou ainda requerimento do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) solicitando realização, pelo TCU, de auditoria

no Banco Central para apurar possíveis irregularidades que resultaram na liquidação do Banco do Estado do Amapá.

Outro requerimento aprovado foi o do senador Ermendes Amorim (PPB-RO) para que o TCU proceda a uma auditoria nas operações realizadas pelo governo de Rondônia visando à privatização da Centrais Elétricas de Rondônia.

A pedido do senador Edison Lobão (PFL-MA), a CFC solicitou ao TCU auditoria no BNDES sobre novos contratos de trabalho a serem firmados por essa instituição, no sentido de avaliar a legalidade sobre a prestação de horas extras dos funcionários desse banco.



Dos fundos de pensão à liquidação do Banco do Amapá, um balanço positivo

## Educação teve a propriedade intelectual como destaque do ano

Uma das principais matérias votadas este ano pela Comissão de Educação (CE), que tem como presidente o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), foi o parecer favorável do senador Roberto Requião (PMDB-PR), com emendas, ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a propriedade intelectual de programas de computador. Ainda serão votados os destaques.

Em agosto, foi aprovado substitutivo da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) a projeto de lei da Câmara que autoriza o Executivo a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas.

Foram acolhidos, também ao longo do segundo semestre, pareceres à renovação das concessões para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de imagens para várias emissoras, em todo o país.

Em setembro, foi a vez da aprovação dos pareceres dos senadores Coutinho Jorge (PSDB-PA), Esperidião Amin (PPB-SC), Wilson Kleinübing (PFL-SC), Otoniel Machado (PMDB-GO), Jefferson Pêres (PSDB-AM) e Gerson Camata (PMDB-ES) a projetos de decreto legislativo oriundos da Câmara que renovam concessões para exploração de serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada.

Ainda em setembro, requerimento da senadora Emília Fernandes solicitando audiência pública para discutir a educação do país também foi aprovado.

Projeto de lei da Câmara que cria a Escola Superior do Ministério Público da União, de iniciativa do procurador-geral da República, também foi aprovado pela comissão em outubro. O relator do projeto foi o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O projeto mais importante, aprovado em dezembro pela CE, é o que restabelece a garantia de matrícula nos estabelecimentos de ensino superior para servidores civis e militares transferidos, assim como a seus dependentes. No mesmo mês, a comissão também acolheu parecer do senador Otoniel Machado a projeto de resolução da Câmara que institui o Prêmio Cruz e Sousa, cujo centenário de morte transcorre em março de 1998.

Foram apreciadas, neste ano, pela Comissão de Educação 73 matérias não terminativas e quatro projetos de lei do Senado de caráter terminativo.



O Programa de Garantia de Renda Mínima foi um dos temas da CE.

Senador denuncia burocratas que embutiram na Medida Provisória 1.602 impostos maquiados de "contribuição social". Segundo ele, trata-se de "novas e flagrantes inconstitucionalidades"

## Cabral quer rever MP sobre Zona Franca

### Medidas do ajuste fiscal foram a nódoa de 97, afirma Lauro

O governo federal, na opinião do senador Lauro Campos (PT-DF), teve o seu pior momento de 1997 com a edição das medidas provisórias que compuseram o ajuste fiscal, ou o "saco de maldades", como o senador denominou as MPs. Lauro disse ontem que os responsáveis pela área econômico-financeira do governo fecharam o ano sem explicar até o momento a razão de o trabalhador ter sido onerado em seu bolso para que "sejam adoçados os lábios de banqueiros".

O senador afirmou que, em todos os debates de que a equipe do governo participou no Congresso para discutir o assunto, as explicações foram confusas e inócuas.

- Gustavo Franco, autor da "caixa de Pandora", por

exemplo, nunca conseguiu dar uma explicação para a manutenção do Real a uma unidade por duas de dólar, conforme anunciou no começo da reforma monetária - salientou Lauro Campos, para acrescentar que o presidente do Banco Central chegou a lhe dizer pessoalmente que não se lembrava de que havia anunciado tal disposição do governo em relação a mudanças nas taxas de câmbio.

- É a amnésia presidencial que chegou como uma epidemia nos escalões do governo - disse Lauro Campos, ao criticar a política cambial de FHC como forma de equilíbrio do déficit público. Segundo ele, o PT não quer a volta da inflação, conforme alegam os que criticam as reivindicações básicas do partido, mas pretende que a luta pelas reposições salariais continue.

O senador voltou a lembrar que os Estados Unidos souberam conviver com déficit público e ainda convivem, sem onerar o cidadão menos favorecido. No Brasil, ao contrário, vive-se uma realidade fictícia, criticou ainda Lauro Campos, para quem "os sofismas de composição" produzidos pelos economistas do governo predominam em todos os níveis da administração pública.



Lauro Campos: críticas ao ajuste

### Senador homenageia BH

Durante o seu pronunciamento de ontem, Lauro Campos homenageou a cidade de Belo Horizonte, que completou 100 anos na semana passada. Ele disse que, na presente legislatura, "talvez seja o único senador nascido em Belo Horizonte", e que estava devendo àquela cidade uma manifestação em plenário, uma vez que não falara na sessão que o Senado dedicou ao centenário da capital mineira, na última sexta-feira, dia 12.

Lauro Campos rememorou os dias de sua infância, quando Belo Horizonte era "muito pequena e ninguém nascia por lá", salientando que sua família teve que vender terras que possuía pelo estado de Minas Gerais e se instalar na nova capital, que se "inquietava, tal como Brasília", mais tarde, em razão do surto de desenvolvimento que experimentava.

"Belo Horizonte é uma cidade quente, humana e acolhedora", concluiu o senador Lauro Campos.

Baseado no argumento da inconstitucionalidade, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu ontem que o governo federal reveja o artigo 77 da Medida Provisória 1.602 que institui uma contribuição social sobre produtos importados, a ser paga pelos empresários da Zona Franca de Manaus, e cria um novo modelo para aquela área de livre comércio.

Ele argumentou que o artigo 77 contém duas propostas de lei - uma complementar e outra ordinária - que constituem "novas e flagrantes inconstitucionalidades" praticadas contra o artigo 40 das Disposições Constitucionais Transitórias. Segundo ponderou, o dispositivo se choca com a Carta de 1988, que mantém a Zona Franca de Manaus como área de livre comércio de importação e



Bernardo Cabral: armadilha, não

exportação, com incentivos fiscais especiais, até o ano 2013.

- Essas leis trazem no seu bojo uma diabólica armadilha preparada nos bastidores da República, com apoio da tecnoburocracia de Brasília, que conseguiu enganar e desprestigiar os parlamentares do Congresso Nacional. Ficaram os seus autores na doce impunidade pela afronta ao maior

Poder da República, que deve proteger as unidades federativas do povo brasileiro, incluindo nele o sofrido povo amazonense - afirmou.

Baseado no artigo 151 da Constituição, Bernardo Cabral também considerou inconstitucional a criação de qualquer tributo "que não seja uniforme em todo o território nacional". De acordo com o senador, a Zona Franca de Manaus deixará de ser uma área de livre comércio de importação e exportação, "pois ficará sujeita ao arbítrio do novo imposto de importação, disfarçado de contribuição".

Em aparte, os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Beni Veras (PSDB-CE) criticaram a redução dos incentivos fiscais para as regiões mais pobres do país.

### Leonel cumprimenta STM pela nomeação de 10 juízes-audidores

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) cumprimentou ontem o ministro-presidente do Superior Tribunal Militar, Antônio Joaquim Soares Moreira, pela nomeação e posse de 10 novos juízes-audidores substitutos, no dia 9 deste mês. "O acontecimento inaugura nova fase na história deste tribunal, seja porque proporciona renovado ela, seja em virtude da alta qualificação dos novos juízes", afirmou.

Leonel Paiva defendeu a necessidade de recursos humanos altamente preparados que "corroboram com o valioso trabalho do tribunal de bem servir à pátria administrando corretamente a Justiça". No seu entender, o Superior Tribunal Militar insere-se no contexto da atualidade vivida pela sociedade brasileira, "sem-



Leonel Paiva: renovação no STM

pre mais consciente dos direitos de cidadania e dos deveres de cada cidadão para com seu país".

- Um dos estereótipos básicos para o crescimento da civilização dos povos é uma Justiça imparcial, competente, lúcida, apanágio dos eminentes membros do Superior Tribunal Militar. Meus cumprimentos a todos os nomeados - concluiu Leonel Paiva.

### PROGRAMAÇÃO

#### TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o perfil do adolescente brasileiro (representação)

8h - Debate com a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o sr. Pedro Moledo (Unicef) sobre a situação das crianças abandonadas no Brasil (representação)

9h30 - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (representação)

10h - Sessão plenária de 23/11 - apresentação do relatório do novo Código Civil

15h - Sessão plenária (vivo) Logo após: Sessão plenária de 26/11 - votação final do novo Código Civil

20h30 - "Congresso Hoje"

21h30 - Sessão plenária (representação)

1h - Debate com a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o sr. Pedro Moledo (Unicef) (representação)

2h30 - Sessão plenária (representação)

6h30 - "Congresso Hoje" (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, especiais e o programa "Faça Cidadão".

Responsável pela política de desenvolvimento do Nordeste, o órgão, que completa seu 38º aniversário de criação, precisa de condições reais para cumprir com seus objetivos

## Ronaldo pede uma Sudene mais forte

Ao registrar o 38º aniversário da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse ontem que é preciso dar a essa instituição condições efetivas de alavancagem do desenvolvimento nordestino. "A Sudene tem sido muito importante fomentador do progresso econômico da região", destacou.

De acordo com o senador, a atuação do órgão permitiu a transformação da estrutura regional, desenvolvendo a indústria, que passou a liderar o setor produtivo, criando mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos e diversificando sua pauta de exportação. "Na época

da criação da Sudene, o PIB per capita nordestino era de US\$ 663; em 1995, foi de US\$ 2.502", lembrou.

A execução de políticas especiais para correção dos desequilíbrios, efetivamente, dá bons resultados. A necessidade de se ampliar a atuação da Sudene é salientada quando estudiosos apontam para o processo de reconcentração da atividade industrial que vem ocorrendo no Brasil. A análise histórica demonstra que a Sudene tem sido importante na correção de desequilíbrios regionais - ponderou Ronaldo Cunha Lima.

Em apertado, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) lamentou que não há um esfor-

ço para a criação de políticas públicas no sentido de não permitir desigualdades regionais. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu políticas de desenvolvimento especiais para regiões mais pobres, lembrando que a Alemanha, depois da reunificação, está investindo muito na região oriental, que é mais atrasada. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), por sua vez, considerou que órgãos fomentadores, como a Sudene, devem sobreviver, mas as políticas de desenvolvimento regional devem ser repensadas, pois, "lamentavelmente, não conseguimos eliminar as desigualdades". Já o senador Beni Veras (PSDB-CE) frisou que a Sudene foi um



Ronaldo: Sudene corrige desequilíbrios

órgão precursor e teve um papel importante para o Nordeste, porém, a seu ver, o órgão envelheceu e a sua atuação deve ser revista.

## Melo critica o recadastramento dos aposentados

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse ontem que o recadastramento dos aposentados deve ser atribuído à "personalidade" da burocracia brasileira, que se antagoniza aos cidadãos recorrendo a dois ingredientes que a caracterizam: o atraso, que está na base da "idolatria ao carimbo, ao processo, à formalidade", e a prepotência, responsável por sua arrogância.

Ao citar o caso específico de um aposentado norte-grandense, para quem o recadastramento "é um sofrimento inenarrável", o senador salientou que o argumento para a medida foi o de que, no cadastramento anterior, realizado há poucos meses, muitas pessoas se registraram sem ter efetivo direito ao benefício da aposentadoria.

O fato de a burocracia ter sido incompetente volta-se



Melo: burocracia incompetente

agora contra os cidadãos, sem que nenhum burocrata tenha sido punido pelos registros errôneos, observou.

Na opinião de Geraldo Melo, por força do peso da burocracia, a relação do Estado com os cidadãos é do tipo "soberano/súdito", cuja origem remonta à Colômbia. Enquanto ela for mantida nesses termos, acrescentou, "falar de cidadania é uma hipocrisia".

## Otoniel faz balanço de sua atuação parlamentar

Ao considerar positivo o balanço das atividades do Senado Federal como um todo em 1997, o senador Otoniel Machado (PMDB-GO) destacou sua contribuição como parlamentar no sentido de oferecer alternativas para reduzir o desemprego, defendendo uma ação conjunta entre o poder público e a iniciativa privada "para impedir que mães e pais de família amarguem o desespero de não ter onde buscar o sustento de seus filhos".

Pregamos a agilização das reformas. A retomada do crescimento e dos investimentos. A interiorização do progresso industrial. O estabelecimento de políticas definitivas para o setor agrário. A recuperação da infra-estrutura viária do país. A ampliação das atividades educacionais. E, principalmente, a criação de novas oportunidades de trabalho para



Otoniel: vencendo desafios

nosso povo - lembrou Otoniel Machado.

O senador afirmou que, como médico, fez sucessivos alertas para a necessidade de se estabelecer uma fonte definitiva de financiamento das ações de saúde no país a fim de evitar "o caos nos hospitais, o que tem ceifado milhares de vidas", enquanto, como municipalista, também advertiu para a crise financeira das cidades, "que receberam inúmeros encargos sem a contrapartida dos mecanismos apropriados para levarem adiante suas responsabilidades".

Segundo Otoniel, num ano em que irromperam difíceis desafios, o Senado ofereceu "respostas precisas às exigências nacionais, para garantir, com os demais Poderes, a estabilidade e a governabilidade do país".



Gueguê deixou saudades

## Leonel, Campos e Lobão lamentam morte de Gueguê

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) registrou ontem, em discurso no plenário, o falecimento no sábado, 13, do jornalista João Orlando Barbosa Gonçalves, "nosso querido Gueguê". Conforme lembrou, durante quase três décadas Gueguê serviu ao Senado. 20 anos exercendo cargo de diretor da área de Comunicação Social "com dedicação e zelo observáveis apenas nas pessoas que têm profunda paixão pela profissão que escolhem".

- Intellectual, dominava, além da língua portuguesa, o latim como poucos que conheci e encantava seus amigos recitando poesias, entre as quais os *Sermões* do padre Antônio Vieira, que, sem sombra de dúvida, eram seus favoritos. Neste instante tão difícil, quero solidarizar-me com sua família, desejando que ela encontre forças no modelo de fibra que lhes foi outorgado por este exemplo ímpar de pai, avô e homem - disse ele.

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) recordou a luta de Gueguê para a implantação da Central de Vídeo, que se transformou na TV Senado. "Brasília perdeu um filho querido e o Brasil um grande jornalista", lamentou.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) também apartou para registrar o vazio de "grandes proporções" na imprensa local com a ausência desse jornalista.